



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Resumo do Certame Licitatório

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Comodoro- MT			CNPJ: 01.367.853/0001-29
Modalidade: Concorrência	Forma: Eletrônica	Modo de Disputa: Não Aplicável, em razão do critério de julgamento melhor técnica	Critério de Julgamento: Melhor Técnica
Data: 10/08/2026	Horário: 09:00 horário de Brasília	Local: Licitanet - Licitações Online	
Exige Amostra? Não	Participação: Ampla	Reserva de Cota ME/EPP? Não	Recursos de convênio? -
Registro de Preços? Não	Vistoria? Opcional	Amostra? Não	Instrumento Contratual? Sim
Objeto: CONCESSÃO PARA DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO DE LOTE URBANO, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT.			
Valor Estimado: Sem ônus		Repasse: -	Contrapartida: -
Agente de Contratação: Aryadne Guilherme da Silva		Ato de Designação: Portaria nº 383/2023 e 206/2024	
Lei de Regência: Lei Federal nº 14.133, de 2021		Lei Complementar: Lei Complementar Federal nº 123, de 2006	Decretos: 05/2024, 08/2023, 09/2023, 11/2023, 13/2023, 17/2023/ 18/2023, 20/2023 e 21/2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2026

PROCESSO Nº 044/2026
(FORMA ELETRÔNICA – LEI 14.133/2021)

O MUNICÍPIO DE COMODORO/MT torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar LICITAÇÃO na modalidade “**CONCORRÊNCIA – CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO**”, nos termos do inciso XL do art. 6º da Lei 14.133/2021, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento **Melhor Técnica** a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, Decreto Municipal nº 005/2024 de 22 de Janeiro de 2024, bem como, pelas disposições estabelecidas neste Edital, conforme abaixo.

Limite acolhimento das propostas:	Até dia 10/08/2026 às 08:59 horas (Horário de Brasília)
Início da análise das propostas:	10/08/2026 às 09h00min
Fim da análise das propostas:	10/08/2026 às 09h10min
Início da sessão:	10/08/2026 às 09h11min
Local:	www.licitanet.com.br
Modo de Disputa:	Aberto

Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação do Município de Comodoro - MT e Equipe de Apoio, legalmente designados pela Portaria nº 383/2023 e 206/2024, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados e ou transferidos para a “Plataforma LICITANET – Licitações On-Line” constante da página eletrônica www.licitanet.com.br.

A CONCORRÊNCIA será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

Não sendo possível, por qualquer razão, realizar a sessão na data e horário estabelecidos no preâmbulo deste Edital, a prorrogação será comunicada pelos mesmos meios utilizados anteriormente, devendo os interessados acompanhar as publicações nos diários, site do Município e plataforma eletrônica.

1. DO OBJETO, PRAZO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E VALOR MÁXIMO:

O objeto da presente licitação é **CONCESSÃO PARA DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO DE LOTE URBANO, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT.**

1.1 O critério de julgamento adotado será o de **MELHOR TÉCNICA**, os termos do art. 33, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando exclusivamente a pontuação técnica atribuída ao Plano de Negócios apresentado pelos licitantes, conforme os critérios objetivos estabelecidos neste Edital e em seus anexos. 1.3. Em razão da adoção do critério de julgamento por Melhor Técnica, não haverá fase de lances, tampouco disputa econômica entre os licitantes, sendo o julgamento realizado exclusivamente com base na avaliação técnica das propostas, conforme pontuação prevista neste Edital.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1 - Essa licitação não acarretará custos aos cofres públicos da prefeitura Comodoro-MT

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

3.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

3.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Licitanet no endereço eletrônico www.licitanet.com.br.

3.3. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

3.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública,

Rua das Acácias, n.º 1337 N, CEP 78.310.000, Jardim Mato Grosso, Comodoro – MT



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Licitanet no endereço eletrônico www.licitanet.com.br

- 3.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 3.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.licitanet.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 3.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 3.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA:

- 4.1. Poderão participar da licitação as empresas ou pessoas físicas interessadas que atenderem ao especificado neste edital, e não estiverem impedidas.
- 4.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretroatável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 4.3. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 4.4. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:
 - a) Servidor ou dirigente da administração pública municipal;
 - b) O autor do Termo de Referência, Anexo I deste edital, pessoa física ou jurídica.
- 4.5. As sociedades empresárias:
 - a) que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
 - b) que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência);
 - c) que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;
 - d) integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - e) que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
 - f) cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública deste município em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e os instrumentos equivalentes;
 - g) estrangeiras que não funcionem no país;
 - h) reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.
- 4.6. O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante.
- 4.7. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).
- 4.8. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

5. DO CREDENCIAMENTO:

- 5.1. Os interessados em participar desta Concorrência deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Licita net, por meio do sítio www.licitanet.com.br.
- 5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Licita net), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 5.3. Os interessados em se credenciar no Licita net poderão obter maiores informações na página www.licitanet.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br
- 5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Prefeitura de Jesúpolis responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.6. O credenciamento junto ao Licita net implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência Pública.
- 5.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 5.8. O Pregão será conduzido pelo(a) Agente de Contratação do Município de Jesúpolis, Goiás, com apoio técnico e operacional do Licita net, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA, PONTUAÇÃO TÉCNICA E PLANOS DE NEGOCIOS:

- 6.1 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.licitanet.com.br e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.2 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 6.3 O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.
- 6.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.7 O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações on line, fornecidas pelo Sistema de Concorrência eletrônica:
- 6.8 Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;
- 6.9 A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 6.10 Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 6.11 As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Agente de Contratação.
- 6.12 Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no item 19 deste Edital.

6.13 PONTUAÇÃO TÉCNICA:

- 6.14 A empresa proponente deverá formular a proposta de acordo com as exigências previstas neste edital e seus anexos.
I – Relevância social da proposta para atendimento das demandas relacionadas à proteção animal no



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Município;

II – A capacidade técnica, operacional e administrativa da entidade para desenvolver atividades de acolhimento, recuperação, manejo responsável e proteção animal;

III – A viabilidade operacional e sustentabilidade institucional das atividades propostas;

IV – O compromisso com a adequada conservação do imóvel, observância das normas sanitárias, ambientais e de saúde pública aplicáveis;

V - O desenvolvimento de ações educativas voltadas à conscientização da população sobre guarda responsável, combate aos maus-tratos e proteção animal.

6.15 As propostas serão avaliadas segundo os seguintes critérios:

Critério	Pontuação
Relevância social do projeto para proteção e bem-estar animal	40 pontos
Número estimado de animais beneficiados e alcance das ações propostas	25 pontos
Sustentabilidade operacional e plano de manutenção das atividades	20 pontos
Impacto socioambiental e ações de educação da comunidade	15 pontos
Total	100 pontos

6.16 Não haverá limite de pontuação, podendo a proponente apresentar quantos quesitos achar pertinentes.

6.17 O licitante interessado deverá preencher no sistema apenas o total de pontos de sua proposta técnica/plano de negócios, devendo descrever de forma detalhada somente no anexo.

6.18 A presente licitação será realizada POR ITEM, sendo que deverá ser apresentado uma proposta referente a pontuação para cada área almejada.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO:

- 7.1 A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Agente de Contratação, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 7.3 O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.
- 7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.7 Por se tratar de licitação por melhor técnica, não haverá fase de lances, prevalecendo a pontuação máxima atingida no plano de negócios.

8. DO EMPATE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

- 8.1 Terminada a etapa de análise do plano de negócios, e constatado que há empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.1.1 Utilização de bens e serviços produzidos no Brasil;
 - 8.1.2 Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
 - 8.1.3 Utilização de bens e serviços produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;
 - 8.1.4 Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;
 - 8.1.5 Sorteio.
- 8.2 A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 9.1.1. SICAF;
 - 9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
 - 9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - 9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
 - 9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
 - 9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.
- 9.2. O Agente de Contratação consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
- 9.2.1. As licitantes devidamente cadastradas no SICAF deverão encaminhar os seguintes documentos:

I – Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

9.3.1. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI;

IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

averbação no Registro onde tem sede a matriz;

V – Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;

VI – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União e Contribuições Federais) e à Seguridade Social (INSS), emitida pela receita Federal do Brasil;
- d) Prova de regularidade junto ao (FGTS);
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (SEFAZ), do estado sede da licitante;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio
- g) Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h) Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

Paragrafo unico: As certidões deverão ser negativas, ou positivas com efeito de negativas.

11. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA:

- 11.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.;
- 11.2. Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.

12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 12.1. Licença Ambiental ou declaração de dispensa, expedida por órgão competente.
- 12.2. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licita

13. DECLARAÇÕES:

- 13.1. Além das declarações assinaladas em campo próprio do sistema licitanet, por ocasião do cadastramento dos documentos solicitados, o licitante melhor classificado deverá apresentar ainda as seguintes declarações juntamente com os documentos de habilitação:
- 13.2. Declaração Unificada (conforme modelo anexo);
- 13.3. Declaração formal de que a entidade não distribui lucros, resultados ou quaisquer vantagens a dirigentes, associados ou mantenedores, aplicando integralmente seus recursos na consecução de seus objetivos institucionais;
- 13.4. Plano de utilização do imóvel compatível com a natureza da concessão e com as diretrizes de interesse público municipal, demonstrando capacidade técnica e operacional para execução das atividades propostas. O plano deverá conter metas quantitativas e qualitativas relacionadas ao atendimento dos animais, ações educativas, campanhas de conscientização, programas de adoção responsável e demais atividades de interesse público vinculadas à proteção animal.
- 13.5. Declaração de compromisso de utilização do imóvel exclusivamente para atividades relacionadas à proteção, acolhimento, recuperação, manejo responsável e promoção do bem-estar animal, observadas as finalidades estatutárias da entidade.
- 13.6. **Todos os documentos que forem apresentados em cópias deverão ser autenticados , sendo que a prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal**
- 13.7. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 13.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 13.9. A certidão de regularidade fiscal/trabalhista emitida por meio eletrônico não apresentada ou apresentada com prazo de validade expirado por quaisquer licitantes ensejará verificação pelo Agente/Comissão/Equipe de Apoio, no

Rua das Acácias, n.º 1337 N, CEP 78.310.000, Jardim Mato Grosso, Comodoro – MT



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos a respectiva certidão;

- 13.10. No caso de licitante enquadrada como ME/EPP/MEI, caso a diligência seja infrutífera, persistindo a irregularidade junto ao Fisco, o Agente/Comissão concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração de vencedor, para apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa pela referida licitante.
- 13.11. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante enquadrada, mediante apresentação de justificativa.
- 13.12. A não regularização no prazo previsto no item 13.7 acarretará a inabilitação da licitante, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 13.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 13.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 13.15. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 13.17. **Caso na conferência dos documentos a comissão observar a falta de qualquer documento, observará o caso concreto, e caso haja indício de pré-existente na documentação, será aberto o prazo de 2h para que a empresa apresente a documentação, sendo que tal diligência está de acordo com a Lei 14.133 artigo 64, bem como o Acórdão 1211/2021-TCU, no entanto, conforme a Resolução de Consulta nº 4/2022 do TCE-MT, fica vedada a repetição de diligência para a mesma pendência, omissão ou providência caso o licitante não cumpra o prazo estabelecido no edital, desde que este tenha sido devidamente concedido pela autoridade responsável pelo certame.**

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

- 14.1. A proposta final readequada do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:
- 14.2. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 14.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 14.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 14.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de ponto ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 14.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 14.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, pontuação e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

15. DOS RECURSOS:

- 15.1. Divulgada a decisão de declaração do vencedor pelo Agente de Contratação, qualquer licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, no prazo de 10 (dez) minutos, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 15.2. As petições de recurso (razões e contrarrazões) deverão ser encaminhadas (ANEXADAS E ENVIADAS) por meio do Sistema licitanet, respeitando o prazo de 03 (três) dias úteis.
- 15.3. Caberá à licitante confirmar o efetivo envio das razões e/ou contrarrazões recursais pelo sistema, podendo entrar em contato com o Agente de Contratação para obter a confirmação do envio, caso entenda necessário, vez que a Administração não possui qualquer responsabilidade por falha de sistema e/ou da internet da licitante.
- 15.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 15.5. O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.6. Caso o Agente de Contratação decida pelo indeferimento do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, para homologar o resultado final, que poderá, ratificar ou não, a decisão da Comissão antes da adjudicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

- 15.7. Caso não ratifique a decisão da Agente de Contratação, a Autoridade Competente determinará as medidas que julgar cabíveis no caso.
- 15.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.9. Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões ficarão no sistema licitnet
- 15.10. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.11. A impugnação ou o recurso interposto em desacordo com as condições do Edital e seus anexos não serão aceitos.
- 15.12. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á do vencimento.
- 15.13. Os prazos previstos neste EDITAL e seus anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia e horários de expediente no âmbito da Prefeitura, ou seja, de segunda à sexta-feira das 08:00hrs às 14:00hrs (Horário de Brasília).
- 15.14. No caso de ser declarada vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja irregular perante o Fisco, restando infrutífera a diligência do Agente para obtenção da referida certidão, será concedido prazo legal para regularização.
- 15.15. Decorrida a fase de regularização e retomada a sessão, iniciará o prazo para manifestação de intenção de recurso.
- 15.16. Não sendo apresentada a certidão de regularidade fiscal no prazo legal, a microempresa ou empresa de pequeno porte será declarada inabilitada, convocando-se a próxima classificada.
- 15.17. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital, podendo ser encaminhados por meio digital os documentos que forem requeridos por escrito.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- 16.1. O objeto desta Concorrência será adjudicado ao vencedor por ato do Agente de Contratação, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, ao senhor prefeito municipal.
- 16.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

- 17.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato ou retirar a Nota de Empenho.
- 17.2. O contrato/Ata de Registro a ser assinado estabelecerá as cláusulas, critérios e condições definidas na Lei 14.133/21 e observará os termos contidos na minuta Anexo VI deste Edital ou as disposições constantes de instrumento equivalente.
- 17.3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do mesmo.
- 17.4. O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Agente de Contratação.
- 17.5. Alternativamente à convocação para a assinatura do termo de contrato, o responsável poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 17.6. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.
- 17.7. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 17.8. O prazo de vigência do contrato será de 10 anos, prorrogável por igual período.
- 17.9. Os seguintes requisitos foram estabelecidos no Termo de contrato, Anexo VI deste Edital, ou instrumento equivalente, e serão de observância obrigatória dos contratados:

I – as hipóteses, prazo e condições de prestação das garantias;

II – critérios para o recebimento do objeto;

III – prazos e condições de pagamento;

IV – atualização financeira ou reajustamentos, quando possível;

V – hipóteses de compensações financeiras ou penalizações, por eventuais atrasos e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

Rua das Acácias, n.º 1337 N, CEP 78.310.000, Jardim Mato Grosso, Comodoro – MT



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

- 17.10. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.
- 17.11. Será designado um Fiscal para o contrato, que desempenhará as atribuições previstas no termo de instituição.
- 17.12. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto desta Concorrência.
- 17.13. O objeto da licitação deverá ser entregue, nos prazos, local e condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e observará as regras para recebimento definidas no Contrato, anexo VI, ou instrumento equivalente.

18. DO REGISTRO DO CONTRATO

- 18.1. A licitante vencedora, na condição de concessionária, ficará obrigada a promover, às suas expensas, o registro do contrato de concessão de direito real de uso junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do instrumento contratual.
- 18.2. Todas as despesas decorrentes do registro correrão integralmente por conta da concessionária, incluindo custas, emolumentos cartorários, tributos e quaisquer outros encargos necessários, nos termos do art. 126, §1º, da Lei Orgânica Municipal.
- 18.3. O comprovante do registro deverá ser apresentado ao Município como condição para produção de efeitos perante terceiros

19. DA FISCALIZAÇÃO:

- 19.1. Sujeitar-se-á a Contratada à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da autoridade encarregada de acompanhar o fornecimento do objeto desta licitação, observadas as regras definidas na minuta contratual, Anexo VI deste Edital, ou no instrumento equivalente.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 20.1. As sanções aplicáveis serão as previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei 14.133/21, respeitados a ampla defesa e contraditório.
- 20.2. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pelo CONTRATADO caracterizará a inadimplência, sujeitando-o às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e, especificamente, no Decreto Municipal nº 32/2025.
- 20.3. Advertência. Será aplicada por escrito quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato e essa falha não causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. A advertência poderá ser aplicada cumulativamente com a penalidade de multa, conforme Art. 7º do Decreto Municipal nº 32/2025
- 20.4. Multas: Serão aplicadas de acordo com as disposições do Art. 8º do Decreto Municipal nº 32/2025, classificadas em moratórias e compensatórias.
- 20.5. Multa Moratória: Será aplicada em caso de atraso injustificado na execução do contrato ou na entrega dos bilhetes de passagem solicitados, calculada sobre o valor correspondente à parte inadimplente:
- 20.6. a) Atraso de até 30 (trinta) dias: 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento).
- 20.7. b) Atraso que exceder 30 (trinta) dias: 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, calculados a partir do trigésimo primeiro dia, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante.
- 20.8. Multa Compensatória: Será aplicada quando configuradas infrações administrativas que configurem inexecução total ou parcial do contrato, irregularidades em licitações ou qualquer das situações descritas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021. Os percentuais da multa compensatória, aplicados sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, variarão conforme a gravidade da infração, nos termos do Art. 8º, inciso II, do Decreto nº 32/2025:
- a) De 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento).
- b) De 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento).
- c) De 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento).
- 20.9. A aplicação da multa compensatória, especialmente para infrações graves, poderá levar à rescisão contratual, caso a infração também se enquadre nas situações que justificam Impedimento de Licitar ou Declaração de Inidoneidade.
- 20.10. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Municipal. Sanção aplicada pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Autoridade Competente que impede temporariamente o CONTRATADO de participar de licitações e celebrar contratos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Comodoro/MT. O prazo máximo para esta sanção é de 03 (três) anos, conforme Art. 11 do Decreto nº 32/2025. Esta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual.

20.11. Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública. Sanção que impede o CONTRATADO de licitar e contratar com qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos. O prazo para esta sanção será de, no mínimo, 03 (três) anos e, no máximo, 06 (seis) anos. A aplicação desta penalidade acarreta a rescisão do instrumento contratual. A reabilitação do CONTRATADO só será possível mediante o cumprimento das condicionantes estabelecidas no Art. 21 do Decreto nº 32/2025.

20.12. Aplicação e Processo das Penalidades:

20.13. As penalidades de advertência e multas (moratórias e compensatórias) serão aplicadas de ofício pela Administração ou a partir de uma proposta fundamentada do responsável pelo acompanhamento do contrato ou do certame licitatório.

20.14. A aplicação das penalidades de Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade será de competência da Administração e exigirá a instauração de um Processo Administrativo Sancionador. O CONTRATADO terá assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, podendo apresentar sua manifestação escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da sua citação ou notificação, conforme Art. 53 do Decreto nº 32/2025.

20.15. Rescisão do Contrato pelo CONTRATANTE por Insuficiência Operacional: Além das hipóteses de rescisão que podem decorrer da aplicação das sanções administrativas, o CONTRATANTE poderá rescindir o contrato de credenciamento, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização. Isso ocorrerá se o CONTRATADO deixar de atender às condições mínimas necessárias para a prestação dos serviços, o que inclui a incapacidade operacional para o cumprimento das obrigações ou qualquer outra condição que comprometa de forma fundamental a aptidão para o fornecimento do objeto contratual.

20.16. A aplicação das penalidades poderá ocorrer por intermédio de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, legislações municipais e normativas que regulamentem a matéria no âmbito do Município.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

21.1. O licitante que praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo, ou atos ilegais visando a frustrar os objetivos da licitação; retirar sua proposta após conhecer os preços das demais participantes, ou ainda, demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Prefeitura Municipal, em virtude de quaisquer outros atos ilícitos praticados, estará sujeita às penalidades previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/21.

21.2. Sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, o agente da contratação, poderá inabilitar o licitante ou desclassificar a proposta sem que isto gere direito indenizatório ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstâncias que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção do licitante.

21.3. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, termo de referência e seus anexos, pois a simples apresentação da Documentação de Habilitação e da Proposta de Preços subentende a aceitação incondicional de seus termos, independentemente de transcrição, bem como o conhecimento integral do objeto em licitação, não sendo aceitas alegações de desconhecimento de qualquer por menor.

21.4. No caso de eventual divergência entre o Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

21.5. À CONTRATANTE se reserva o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vícios ou ilegalidade, bem como prorrogar o prazo para recebimento ou abertura da Documentação de Habilitação e da Proposta de Preços.

21.6. A Comissão Permanente de Licitação poderá relevar erros formais em quaisquer documentos apresentados, desde que tais erros não alterem o conteúdo dos mesmos.

21.7. É facultada ao agente de contratação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

que deveria constar originalmente a Documentação de Habilitação ou da Proposta de Preços.

21.8. Será observada a Lei Complementar 123/2006 e 147/2014.

21.9. Quaisquer informações, com relação a este Edital, poderão ser obtidas, diretamente no Órgão de Licitação desta Prefeitura Municipal de Comodoro, no período das 07:00 horas às 13:00 horas, ou pelo email: licitacao@comodoro.mt.gov.br

21.10. É facultado à CONTRATANTE, quando o licitante adjudicatário não assinar o Contrato respectivo ou não apresentar a garantia no prazo, convidar a segunda classificada e assim sucessivamente, para assinar o Contrato nas mesmas condições da primeira colocada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22.1. Este Edital tem como documentos complementares em anexo;

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA;

ANEXO II- MODELO DE DECLARAÇÕES

ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA

ANEXO IV – MODELO DE PLANO DE NEGOCIO

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

ANEXO VI- MODELO DE de Enquadramento como ME/EPP

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO;

Comodoro, MT 17 de junho de 2026.

Diego GarciaGalvão Costa
Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento





PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA-CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 De acordo com as solicitações das Secretarias Municipais competentes e conforme Estudo Técnico Preliminar em anexo, considerando ainda a ratificação pelo Contador Sr. Gustavo André Rocha quanto à inexistência de impacto orçamentário direto ao erário, elaboro o presente Termo para apreciação da autoridade competente, visando à autorização para abertura de Processo Licitatório na modalidade Concessão de Direito Real de Uso, destinado à seleção de entidade sem fins lucrativos para desenvolvimento de atividades institucionais de relevante interesse público, compatíveis com as características físicas, urbanísticas e ambientais do imóvel. O certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, pelos Decretos Municipais nº 011/2023, 013/2023, 018/2023, 020/2023, 021/2023, 05/2024 e demais disposições legais aplicáveis, bem como pelas regras e condições estabelecidas no edital de convocação, cuja elaboração observará os parâmetros definidos neste Termo de Referência.

2. DO OBJETO DO CONTRATO

2.1 A presente licitação tem como objeto a Concessão de Direito Real de Uso de Imóvel Público destinado à instalação e funcionamento de entidade sem fins lucrativos voltada à proteção, acolhimento, recuperação, manejo responsável e promoção do bem-estar animal, bem como ao desenvolvimento de atividades de interesse público relacionadas à educação para guarda responsável, controle populacional ético de animais e apoio às políticas públicas de proteção animal do Município.

2.2

ITEM	QUADRA	LOTE	LOGRADOURO	BAIRRO	ÁREA	MAT
1	103	05	Rua das Goiabeiras	Loteamento Cidade de Comodoro	753,75 m ²	15.977

2.3 O imóvel objeto desta contratação possui características padronizadas e destinação previamente definida no Estudo Técnico Preliminar, sendo classificado como bem comum para fins de concessão, nos termos da legislação vigente.

2.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal 13/2023 de 09/03/2023.

2.5 O prazo de vigência do contrato é de 10 anos corridos contados da assinatura do contrato podendo ser prorrogados por mais 10 anos se houver interesse público, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

2.6 O prazo de início da Concessão para o uso é contado a partir do 1º dia subsequente ao da assinatura do presente Contrato;

2.7 A Concessionária deverá observar os seguintes prazos máximos:

- I. Apresentação do Plano de Trabalho detalhado, em consonância com a proposta apresentada no certame, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato. O Plano de Trabalho deverá conter: protocolo do projeto junto à Secretaria Municipal de Planejamento; descrição pormenorizada das atividades institucionais a serem desenvolvidas; cronograma físico de implantação; previsão de captação de recursos e sustentabilidade financeira; estimativa de equipe técnica e voluntária envolvida; comprovação de regularidade jurídica da entidade (cartão CNPJ, estatuto social, ata de eleição da diretoria vigente e certidões negativas aplicáveis); e histórico de atuação institucional;
- II. Início das adequações físicas e estruturais necessárias ao desenvolvimento das atividades no prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas as exigências urbanísticas, ambientais e sanitárias pertinentes
- III. Início efetivo das atividades institucionais no imóvel no prazo máximo de 12 (doze) meses.

2.8 O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos implicará aplicação das penalidades contratuais previstas, podendo ensejar a revogação ou rescisão da concessão, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

2.9 O vencimento da concessão para uso do imóvel se dará ao final dos 10 (dez) anos previstos no item 2.3 do presente contrato;

2.10 O presente Contrato poderá ser prorrogado nos termos do artigo 126, parágrafo primeiro da Lei Orgânica Municipal, lavrando-se o competente termo de aditamento.

2.10.1 O termo aditivo para a prorrogação de prazo, quando houver interesse público, deverá ser firmado com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias antes do vencimento do presente contrato, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

2.10.2 A prorrogação do prazo de concessão somente poderá ocorrer de forma excepcional, mediante:

- I. Demonstração expressa e fundamentada da manutenção do interesse público na continuidade das atividades institucionais desenvolvidas no imóvel;
- II. Comprovação do cumprimento integral dos encargos contratuais, das metas estabelecidas no Plano de Trabalho e da adequada destinação do imóvel, inclusive quanto às exigências sanitárias, ambientais e urbanísticas aplicáveis;
- III. Inexistência de penalidades contratuais graves ou reincidência em descumprimentos que comprometam a finalidade social da concessão;
- IV. Avaliação técnica favorável da fiscalização municipal, atestando a regular execução das atividades e a observância das normas pertinentes;
- V. Formalização mediante termo aditivo previamente autorizado pela autoridade competente, observadas as disposições legais vigentes.

2.10.3. É vedada prorrogação tácita ou automática.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

2.10.4. A ausência de manifestação formal da Administração ou do Concessionário após o término do prazo contratual implicará a extinção automática da concessão, com reversão do imóvel ao patrimônio público.

2.11 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente Concessão de Uso tem por finalidade promover a adequada destinação e utilização de bem público municipal para o desenvolvimento de ações voltadas à proteção e bem-estar animal, mediante seleção de entidade sem fins lucrativos que demonstre capacidade técnica, operacional e administrativa para desenvolver atividades de acolhimento, recuperação, manejo responsável, proteção, assistência e encaminhamento de animais em situação de abandono, vulnerabilidade ou risco. A medida visa fortalecer as políticas públicas municipais de proteção animal, contribuindo para o controle populacional ético, redução de maus-tratos, promoção da saúde pública e conscientização da comunidade quanto à guarda responsável.

3.2 A justificativa da concessão encontra-se fundamentada na necessidade de ampliar o suporte às ações de proteção animal desenvolvidas no Município, assegurando espaço adequado para execução de atividades de acolhimento, recuperação, atendimento, campanhas educativas e demais iniciativas voltadas ao bem-estar animal. Busca-se garantir a utilização eficiente e socialmente comprometida do patrimônio público, permitindo que entidade especializada desenvolva atividades permanentes de relevante interesse coletivo, com impactos positivos para a saúde pública, meio ambiente e proteção dos animais.

3.3 O critério de julgamento observará a apresentação de projeto institucional compatível com os objetivos de interesse público e desenvolvimento municipal, considerando-se, especialmente:

I – Relevância social da proposta para atendimento das demandas relacionadas à proteção animal no Município;

II – A capacidade técnica, operacional e administrativa da entidade para desenvolver atividades de acolhimento, recuperação, manejo responsável e proteção animal;

III – A viabilidade operacional e sustentabilidade institucional das atividades propostas;

IV – O compromisso com a adequada conservação do imóvel, observância das normas sanitárias, ambientais e de saúde pública aplicáveis;

V – O desenvolvimento de ações educativas voltadas à conscientização da população sobre guarda responsável, combate aos maus-tratos e proteção animal.

3.4 As propostas serão avaliadas segundo os seguintes critérios:

Critério	Pontuação
Relevância social do projeto para proteção e bem-estar animal	40 pontos
Número estimado de animais beneficiados e alcance das ações propostas	25 pontos
Sustentabilidade operacional e plano de manutenção das atividades	20 pontos
Impacto socioambiental e ações de educação da comunidade	15 pontos
Total	100 pontos



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

4. REQUISITOS DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

4.1 Na presente concessão será admitida de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

- 4.1.1 Apresentação de projetos alinhados com os objetivos de desenvolvimento municipal;
- 4.1.2 Capacidade técnica, operacional e institucional para implementação e manutenção das atividades de proteção e bem-estar animal;
- 4.1.3 Compromisso com a utilização sustentável dos recursos naturais e conformidade com as normas ambientais.

Subcontratação

4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Proibição de cessão, transferência, locação e empréstimo da área, a qualquer título;

4.4 Retorno da área concedida ao patrimônio público municipal, após o término da concessão ou resolução, sem qualquer necessidade de notificação da Concessionária;

4.5 A existência ou não de qualquer direito de indenização à Concessionária ou compensações de qualquer espécie dependerá expressamente da Avaliação efetuada pela Comissão Permanente de Inventário, Avaliação, Reavaliação e Depreciação de Bens Móveis e Imóveis, quando extinta ou resolvida a concessão;

4.6 Fica estabelecido que, em caso de extinção, rescisão ou resolução da concessão, todas as benfeitorias, obras, instalações e melhorias realizadas na área concedida poderão ser incorporadas ao patrimônio público municipal, sem que assista à Concessionária qualquer direito à indenização, retenção ou compensação, caso seja a deliberação da Comissão competente.

4.7 Utilização da área pela Concessionária para os fins a que foi concedida;

Garantia da Contratação

4.8 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.9 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. DA RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA

5.1 Responsabilização exclusiva da Concessionária pela construção, zelo e manutenção de obras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

- 5.2** Responsabilização da Concessionária por qualquer tributo que venha incidir sobre a área;
- 5.3** A manutenção deverá ser feita pela Concessionária, deixando sempre em perfeitas condições de conservação, funcionamento, higiene e limpeza das instalações hidráulicas e elétricas, os pisos, forro, revestimentos de parede, a fachada e demais acessórios, do prédio construído na área, correndo por conta exclusiva do mesmo, as despesas de limpeza, consertos, reposições e reparos de pintura necessária à conservação e manutenção para assim restituí-lo quando extinta ou resolvida à concessão.
- 5.4** Autorização a Concedente, quando esta atender conveniente, o exame ou vistoria da área concedida;
- 5.5** Deverá manter o imóvel em condições adequadas à sua destinação, assim devendo restituí-lo, de acordo com Art. 127, inciso II da Lei Orgânica Municipal;
- 5.6** A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir a legislação ambiental de uso do solo urbano; a legislação municipal de política urbana; as exigências previstas no Plano Diretor do Município de Comodoro; Código de Postura; e, a legislação federal, estadual e municipal que regulamenta a defesa, preservação e conservação do meio ambiente;
- 5.7** Ficam fazendo parte deste contrato toda, às normas jurídicas municipais referentes à concessão com direito de uso, cujas disposições serão aplicadas a qualquer caso não expressamente previsto neste contrato.
- 5.8** Dentro do prazo de 03 (três) meses fica a Concessionária obrigada a promover o início da obra de edificação de seu estabelecimento no imóvel e o efetivo funcionamento em no prazo máximo de 12 meses, nos moldes dos projetos apresentados e aprovados, não podendo desvirtuar da sua atividade precípua sob pena de extinção automática dos efeitos desta Lei e reversão da posse direta do imóvel em favor do Município de Comodoro, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza em favor do patrimônio público municipal.
- 5.9** O contrato deve ser lavrado o seu registro público, ficando a cargo das concessionárias todas as despesas necessárias para tanto, tais como custas e emolumentos cartorários e tributos.
- 5.10** Constituem encargos mínimos obrigatórios da Concessionária, além daqueles já previstos neste instrumento:
- 5.10.1** Comprovação de atuação institucional compatível com a proteção e bem-estar animal, mediante apresentação de relatório de atividades, projetos executados, campanhas desenvolvidas, ações de acolhimento, recuperação, adoção, conscientização ou demais atividades relacionadas à causa animal.
- 5.10.2** executar integralmente a manutenção preventiva e corretiva do imóvel, benfeitorias, instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, estruturais, paisagísticas e demais sistemas;
- 5.10.3** obter, manter vigentes e renovar todas as licenças, alvarás, autorizações e registros exigidos pelos órgãos municipais, estaduais e federais, inclusive ambientais, sanitários, de segurança e de funcionamento;
- 5.10.4** manter o imóvel em pleno funcionamento, vedada sua ociosidade ou subutilização;

Rua das Acácias, n.º 1337 N, CEP 78.310.000, Jardim Mato Grosso, Comodoro – MT



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

- 5.10.5 cumprir integralmente a finalidade pública e a destinação econômica previstas no edital, proposta vencedora e Plano de Negócios aprovado;
- 5.10.6 arcar com todos os custos operacionais, tributos, tarifas, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas decorrentes da exploração da área;
- 5.10.7 permitir o acesso irrestrito da fiscalização municipal, fornecendo relatórios, documentos e informações sempre que solicitado.

5.11 O descumprimento de quaisquer encargos caracterizará inexecução contratual, sujeitando a Concessionária às penalidades previstas, inclusive advertência, multa, rescisão e reversão do imóvel.

6. DO CONCEDENTE

6.1 Ao CONCEDENTE assiste o direito de suspender ou revogar a concessão no caso da CONCESSIONÁRIA deixar de cumprir qualquer cláusula acordada no presente contrato;

6.2 O CONCEDENTE exigirá da CONCESSIONÁRIA o cumprimento do presente contrato, da legislação, bem como das orientações emanadas do Poder Público Municipal, porque a concessão visa o desenvolvimento socioeconômico do Município;

6.3 Constituir uma Comissão Especial de Avaliação e Fiscalização das Concessões de Direito Real de Uso dos Imóveis do Setor Industrial II, caso ainda não constituída, especial ou permanente, composta por representantes do Poder Executivo, que deverá acompanhar os trâmites da concessão, por etapas previamente fixadas, emitindo pareceres, inclusive, incumbindo-lhe a fiscalização posterior dos imóveis concedidos, a fim de verificar se estão atendendo aos fins para os quais foram concedidos.

7. DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de descumprimento ou suspensão do contrato, será aplicado imediatamente as penalidades previstas no contrato de concessão.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do órgão solicitante, ou pelos respectivos substitutos, o qual será

apresentado pelo gestor da pasta no ato da formalização do instrumento da contratação

Rua das Acácias, n.º 1337 N, CEP 78.310.000, Jardim Mato Grosso, Comodoro – MT



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Fiscalização Administrativa

7.6 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do concessionário, acompanhará as benfeitorias a serem feitas e a devida utilização para os fins para qual a área foi concedida. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da pasta pertinente, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8. PENALIDADES

8.1 As penalidades contratuais aplicáveis são:

- 8.1.1 Advertência verbal ou escrita;
- 8.1.2 Suspensão ou revogação da concessão de acordo com o art. 126 da Lei Orgânica Municipal;
- 8.1.3 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

9. CASOS DE RESCISÃO

9.1 A rescisão do presente Contrato poderá ocorrer de forma:

- 9.1.1 Amigável: por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para o CONCEDENTE;
- 9.1.2 Administrativa: por ato unilateral e expresso pelo CONCEDENTE nos casos de descumprimento de Leis Municipais ou Federais e de cláusulas contratuais;
- 9.1.3 Judicial: nos termos da legislação processual.

10. EXIGENCIAS DE HABILITAÇÃO

10.1 Concessão de Direito Real de Uso é direcionada única e exclusivamente a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, regularmente constituídas na forma de associação civil, sendo vedada a participação de pessoa física, empresário individual, sociedades empresárias ou quaisquer entidades com finalidade lucrativa.

Para fins de habilitação, o interessado deverá comprovar os seguintes requisitos:

10.1.1. Inscrição do ato constitutivo e estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da respectiva sede, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação vigente;

10.1.2. Ata de eleição e posse da atual diretoria ou órgão de administração, devidamente registrada, acompanhada de documentos que comprovem a representação legal da entidade;

10.1.3. Comprovante de inscrição e situação cadastral ativa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

10.1.4. Comprovação de atuação institucional compatível com finalidades de relevante interesse público, voltadas à promoção do cuidado, acolhimento, proteção, reabilitação e manejo contínuo de demandas socioambientais que exijam estrutura física adequada, organização permanente e observância de normas sanitárias e ambientais, mediante apresentação de relatório de atividades e plano de trabalho que evidenciem experiência prévia na área;

10.1.5. Declaração formal de que a entidade não distribui lucros, resultados ou quaisquer vantagens a dirigentes, associados ou mantenedores, aplicando integralmente seus recursos na consecução de seus objetivos institucionais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

10.1.6. Plano de utilização do imóvel compatível com a natureza da concessão e com as diretrizes de interesse público municipal, demonstrando capacidade técnica e operacional para execução das atividades propostas. O plano deverá conter metas quantitativas e qualitativas relacionadas ao atendimento dos animais, ações educativas, campanhas de conscientização, programas de adoção responsável e demais atividades de interesse público vinculadas à proteção animal.

10.1.7. Declaração de compromisso de utilização do imóvel exclusivamente para atividades relacionadas à proteção, acolhimento, recuperação, manejo responsável e promoção do bem-estar animal, observadas as finalidades estatutárias da entidade.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.1.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

10.1.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo tributos federais e Dívida Ativa da União;

10.1.10. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.1.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa (CNDT);

10.1.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver pertinência com a atividade desenvolvida;

10.1.13. Caso a entidade seja legalmente isenta de tributos relacionados à sua atividade, deverá comprovar tal condição mediante declaração do órgão fazendário competente.

11. ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 presente Contrato poderá ser alterado nos termos da legislação municipal aplicável e mediante justificativa fundamentada, observando-se o interesse público:

11.1.1. Unilateralmente pelo CONCEDENTE, nos seguintes casos:

- a) Quando houver modificação do objetivo a que se destina o imóvel ou de suas especificações, para melhor adequação técnica ao interesse público;
- b) Quando necessária a modificação da concessão em decorrência de adequações quantitativas ou qualitativas do objeto, nos limites permitidos pela legislação vigente.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Este termo está vinculado à Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal, ao Código Civil Brasileiro e demais legislações de regência e demais legislações de regência.

Comodoro/MT, 01 de Junho de 2026.

DIEGO GARCIA GALVÃO COSTA
Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento





PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES

(PREFERENCIALMENTE UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A (razão social da empresa), CNPJ nº, localizada à, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Concorrência nº 005/2025, declara, sob as penas da lei, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- b) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;
- d) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Comodoro – MT ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Local e data.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)





PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

(PREFERENCIALMENTE UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À

Prefeitura Municipal de Comodoro - MT

A/C Agente de Contratação da Concorrência nº xx/2026

PROPOSTA

O proponente a seguir identificado:

Razão Social:		
CNPJ:	Nome Fantasia:	
Logradouro:	Número:	
Complemento:	Bairro:	
Cidade:	CEP:	
Telefone Fixo:	Email:	
Banco:	Agência:	Conta:
Representante:	Telefone Celular:	

Em atendimento ao disposto na Concorrência nº xx/2026, após análise do referido edital e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a executar os serviços objeto da licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

ITEM	QUANT	DISCRIMINAÇÃO	UND.	TOTAL DE PONTOS
01	01	QUADRA 103 LOTE 05, RUA DAS GOIABEIRAS, LOTE URBANO, ÁREA TOTAL DE 753,75 m ² - MATRICULA 15.977	Pontos	

Valor total por extenso:

Item 01 –

E, para tanto, declaro que no preço estão incluídos todos os custos diretos ou indiretos com o fornecimento dos materiais, inclusive tributos, equipamentos, pessoal, taxas, transportes, alimentação etc., e que a presente proposta tem validade de 90 (sessenta) dias.

Declaro ainda que esta proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (§1º do art. 63);

Data e Local.

Nome completo e Assinatura do proponente





PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ANEXO IV – PLANO DE NEGÓCIOS ANEXO DA PROPOSTA

MODELO – PLANO DE NEGÓCIOS

PROCESSO LICITATÓRIO – CONCESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº _____/2018

A _____, sediada à Rua (Av.) _____, nº _____, complemento _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado de _____, CEP nº _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, CNAE (classificação econômica) nº _____, por meio de seus representantes legais infra-assinados, vem apresentar este **PLANO DE NEGÓCIOS**, na forma prevista no Edital de Concorrência Pública em referência, declarando-se ciente de que este anexo deverá ser obrigatoriamente inserido nos documentos de Proposta Comercial, como previsto no ato convocatório do certame.

Ao formular e apresentar este Plano de Negócio, a instituição proponente, acima qualificada, declara, ainda:

1. Ter conhecimento de que os compromissos assumidos por meio deste Plano de negócios converter-se-ão em cláusulas do contrato de concessão de uso e constarão das respectivas escrituras públicas. Sua observância e efetivo cumprimento são condições essenciais de validade do contrato que a Administração celebrará com a empresa licitante, aqui qualificada, caso ela se sagre uma das vencedoras da licitação.
2. Que assume a obrigação de respeitar e cumprir os seguintes prazos, previstos no Edital de Concorrência e no Contrato de Concessão De uso de Bem Imóvel, sob as penas previstas nesses instrumentos.
3. Que se obriga e compromete a observar os seguintes prazos máximos para cada etapa do empreendimento, sob pena de rescisão do contrato e de reversão da posse do imóvel para o Município:
 - a) Protocolizar o pedido de aprovação do projeto do empreendimento junto à Secretaria Municipal de planejamento de Comodoro em 120 (cento e vinte dias). Os projetos das instalações irão obedecer aos e quesitos do Código de Obras Municipal, bem como a legislação ambiental vigente;
 - b) Cumprirá o prazo máximo para o início efetivo das atividades.
4. **A Empresa proponente assume, igualmente, as obrigações seguintes**, cuja variação, para menos, deve ser motivada e expressamente justificada à Administração Pública e, eventualmente, por esta aceita, se justas as razões:

- I – Relevância social da proposta para atendimento das demandas relacionadas à proteção animal no Município;
- II – A capacidade técnica, operacional e administrativa da entidade para desenvolver atividades de acolhimento, recuperação, manejo responsável e proteção animal;
- III – A viabilidade operacional e sustentabilidade institucional das atividades propostas;
- IV – O compromisso com a adequada conservação do imóvel, observância das normas sanitárias, ambientais e de saúde pública aplicáveis;
- V - O desenvolvimento de ações educativas voltadas à conscientização da população sobre guarda responsável, combate aos maus-tratos e proteção animal.

8.3 As propostas serão avaliadas segundo os seguintes critérios:

Critério	Pontuação
Relevância social do projeto para proteção e bem-estar animal	XXXXXX
Número estimado de animais beneficiados e alcance das ações propostas	XXXXXX
Sustentabilidade operacional e plano de manutenção das atividades	XXXXXXX
Impacto socioambiental e ações de educação da comunidade	XXXXXX
Total	XXXX pontos

Nome (s) do (s) sócio (s) ou representantes (s) legal (is): CPF:

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

(PREFERENCIALMENTE UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES, CONDIÇÕES E LOCAIS PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Órgão Público: Prefeitura Municipal de Comodoro - MT

Processo Administrativo: XX/2026

Concorrência Eletrônica nº OXX/2026

A Empresa _____, com sede na Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____ na cidade de _____ Estado de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo seu Sócio gerente/Administrador o Sr. _____, **DECLARA, para fins de direito, em atendimento ao art. 67, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021**, que tem pleno conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto em questão, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a realização dos serviços a que se refere o referido edital, assumindo assim que **CONCORDO** com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

DECLARO outrossim, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

[local], _____, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante legal da empresa)

Nome do representante legal da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

_____, _____ de _____ de 20____.

Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE CONCESSÃO Nº. ____/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº xx/2026 CONCORRÊNCIA Nº xxx/2026

Por este instrumento de contratação, regido pelas Normas de Direto Administrativo, de um lado o **MUNICÍPIO DE COMODORO**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua das Acácias, nº. 1337 N, CEP 78.310-000 – Jardim Mato Grosso, neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.367.853/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. **ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua XXXXX nº XXX, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 47.XX.X4 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 39X.XXX.XXX-72, doravante denominada **CONCEDENTE** - assistida por seus Procuradores Jurídicos Rafael Vasconcelos brasileiro, advogado, inscrito no OAB/MT sob o nº 16.731/B-MT e Rodrigo Pereira Peres, brasileiro, advogado, inscrito no AOB/MT sob nº 17.877/B -MT; e, de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, estabelecida na Rua das XXXXXXXX, nº XX-N, XXXXX, cidade de Comodoro (MT), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. XXXXXXXX, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA** - representada por seu Sócio Administrador o Sr. **XXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXX, Carteira de Identidade RG nº XXXXX - celebram a presente concessão com direito real de uso, com fundamento na Lei Municipal nº 1.839, de 10 de Outubro de 2021, conforme as cláusulas e condições enunciadas em sucessivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

1.1. **CONCESSÃO DE USO, DE IMÓVEL SITUADO NO MUNICÍPIO DE COMODORO**, nas condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I do edital da Concorrência Pública nº ____/2026, fazendo parte integrante deste contrato o referido ato convocatório e seus anexos, bem como a proposta formulada pela Contratada, que obrigam igualmente as partes, sendo:

Constitui objeto desta Concorrência Pública a CONCESSÃO PARA DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO DE LOTE URBANO, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE COMODORO-MT.

ITEM	QUANT	DISCRIMINAÇÃO
01	01	QUADRA 103 LOTE 05, RUA DAS GOIABEIRAS, LOTE URBANO, ÁREA TOTAL DE 753,75 m²- MATRÍCULA 15.977

1.2. A CONCESSIONÁRIA, pela presente e na melhor forma de direito, tem justo e contratado utilizar a área efetivamente para os fins previstos no Edital, Plano de Negócios e termo de compromisso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 O concessionário se compromete a iniciar as atividades da entidade no prazo definido em sua proposta e no Edital, parte integrante deste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1. A outorga do contrato de concessão será feita pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogada por prazo igual ou diferente conforme Lei 14.133/21, desde que persista o interesse público, mediante a celebração do competente instrumento entre as partes, devidamente justificado, ficando a concessionária obrigada a observar as condições previstas na lei, sob pena de revogação da cessão.

3.2. Findo o prazo estabelecido no item 3.1 não havendo prorrogação entre as partes, deverá a cessionária entregar o imóvel à Municipalidade com todas as benfeitorias ali realizadas, sem qualquer direito de retenção ou indenização, e independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

3.3. A não observância do prazo previsto no caput desta cláusula importará na aplicação, por parte da CONCEDENTE, de multas e sanções previstas na cláusula décima segunda deste termo.

Rua das Acácias, n.º 1337 N, CEP 78.310.000, Jardim Mato Grosso, Comodoro – MT



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

- 3.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela interessada durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração Municipal.
- 3.5. É facultado à Administração, quando a empresa convocada não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas para a primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou então revogar a licitação independentemente da cominação prevista na Lei 14.133/21. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 3.6. **Prazo de Vigência da Concessão se iniciará na data da assinatura do contrato perdurando pelo prazo descrito na lei autorizativa,** podendo ser prorrogado a critério da Administração, em procedimento administrativo motivado, se houver interesse entre as partes e desde que cumpridos todos os requisitos e as cláusulas contratuais, contados da data da assinatura do contrato.
- 3.7. Fica a empresa vencedora, obrigada a protocolar eventual projeto de aprovação de alteração do empreendimento junto à Secretaria Municipal de Administração, dentro do prazo previsto para início das atividades. Os projetos das instalações deverão obedecer ao Código de Obras Municipal, bem como a legislação ambiental vigente;
- 3.8. Os projetos de empreendimento, adequação e obra nos terrenos deverão ser observadas as regras ambientais pertinentes devendo estes ser aprovados pela Secretaria Municipal de Administração;
- 3.9. Os projetos de concessão que não forem aprovados, deverão ser adequados em um prazo de 30 dias corridos após o indeferimento do projeto, passível de eliminação, em caso de não aprovação, pelo setor competente ou expiração do prazo;
- 3.10. Nos casos fortuitos, ou de força maior, definidos no Código Civil Brasileiro, superveniente a data de assinatura deste Contrato e devidamente caracterizado e comprovado, os prazos referidos nesta cláusula, eventualmente poderão ser prorrogados, em ato motivado, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

- 4.1 A Contratada obriga-se:
- 4.1.1 Protocolizar pedido de aprovação do projeto do empreendimento, caso haja interesse em alteração do projeto existente, junto à Secretaria Municipal de Administração do Município de Comodoro/MT, dentro do prazo previsto para início das atividades, contado da assinatura do contrato de concessão. Os projetos deverão obedecer ao Código de Obras Municipal e à legislação ambiental vigente, sendo sua aprovação condição para execução.
- 4.1.2 Dar ao imóvel concedido a destinação prevista neste Edital, no contrato e no Plano de Negócios aprovado, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.
- 4.1.3 Responder civil e criminalmente por si, seus empregados e prepostos, por danos materiais e morais causados a terceiros, usuários ou ao Poder Público, sem qualquer responsabilidade solidária do Município.
- 4.1.4 Cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável, providenciando todas as licenças necessárias junto aos órgãos competentes.
- 4.1.5 Observar e cumprir a legislação municipal, estadual e federal aplicável, bem como as determinações das Secretarias Municipais.
- 4.1.6 Efetuar o pagamento de todos os tributos, encargos e demais ônus que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel e sobre as atividades nele desenvolvidas.
- 4.1.7 Manter o imóvel em boas condições de uso, conservação, higiene e limpeza.
- 4.1.8 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, todas as obrigações assumidas.
- 4.1.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da concessão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 4.1.10 Acatar e cumprir todas as exigências das autoridades públicas competentes.
- 4.1.11 Atender às demais obrigações previstas neste contrato, no edital e na Lei nº 14.133/2021.
- 4.2 O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula ou na Lei Municipal nº 1.123/2025 implicará na revogação da concessão e reintegração de posse do imóvel ao Município, incluindo as benfeitorias realizadas, sem direito a indenização.
- 4.3 Em caso de falência decretada ou recuperação judicial não homologada, o imóvel será revertido automaticamente ao Município, sem direito a indenização.
- 4.4 A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pela implantação, operação, manutenção e conservação do empreendimento.
- 4.5 Deverá manter o imóvel em condições adequadas à sua destinação, restituindo-o ao final da concessão conforme a Lei Orgânica Municipal.
- 4.6 Fica assegurado ao CONCEDENTE o direito de vistoriar a área concedida a qualquer tempo.
- 4.7 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir a legislação urbanística, ambiental e de uso do solo, incluindo Plano Diretor, Código de Obras e Código de Posturas.

Rua das Acácias, n.º 1337 N, CEP 78.310.000, Jardim Mato Grosso, Comodoro – MT





PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

4.8 A CONCESSIONÁRIA deverá:

- I – iniciar a implantação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- II – concluir a implantação no prazo máximo de 12 (doze) meses;
- III – iniciar o funcionamento imediatamente após a conclusão;
- IV – manter funcionamento contínuo, sob pena de revogação da concessão.

4.9 A CONCESSIONÁRIA deverá promover o registro do contrato junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura, arcando integralmente com todos os custos, taxas, emolumentos e tributos decorrentes.

4.10 Constituem encargos exclusivos da CONCESSIONÁRIA:

- I – custear integralmente a implantação, operação e manutenção do empreendimento;
- II – obter todas as licenças necessárias;
- III – responder por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- IV – garantir o funcionamento contínuo da atividade;
- V – responder por danos causados ao Poder Público ou a terceiros.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

5.1. O Contratante obriga-se a fiscalizar o cumprimento e a execução do contrato pelos concessionário, além de exercer as demais atribuições e observar as demais obrigações que o edital e o presente contrato estipulam para o Poder Concedente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PARTES INTEGRANTES

6.1. Integram o presente Contrato, como se aqui estivessem transcritos: o Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA; o Instrumento convocatório da licitação e a proposta do licitante vencedor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

7.2 A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a **CONCESSIONÁRIA** da total responsabilidade de executar o exigido neste instrumento.

7.3 Será designado pela Administração, representantes, para acompanhamento e a fiscalização do contrato, principalmente quanto ao cumprimento dos prazos e obrigações nele estabelecidos.

CLÁUSULA OITAVA - DO PESSOAL

8.1. Toda mão-de-obra porventura utilizada na área ora autorizada, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros dela decorrentes, serão de responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**, não podendo imputar, mesmo que subsidiariamente, ao **CONCEDENTE** a responsabilidade de seus pagamentos.

8.2. O pessoal que a **CONCESSIONÁRIA** empregar para a os serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **Concedente** e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos.

8.3. Na hipótese de a **Concedente** ser acionado judicialmente em razão do descumprimento da legislação trabalhista ou de natureza civil, com o julgamento de procedência da ação, o valor da condenação será deduzido na medição subsequente à data da condenação, ficando depositado em conta separada, até a solução final do litígio.

8.4. A **CONCESSIONÁRIA** ressarcirá a **Concedente** de toda e qualquer despesa que, em decorrência de ações judiciais venha a desembolsar.

8.5. A **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer equipamentos de segurança individual para todos os funcionários, bem como assinar a carteira de trabalho de todos que trabalharem junto ao estabelecimento, isentando integralmente o Município do pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações de correntes da execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

9.1. Se a **CONCESSIONÁRIA** deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista na Lei 14.133/21, além do encaminhamento do caso ao Ministério Público para a aplicação das sanções criminais previstas na legislação, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pela **CONCEDENTE**.

9.2. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela **CONCEDENTE**, bem como o descumprimento total ou parcialmente das cláusulas contratuais, implicará na aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21, com observância do devido processo administrativo, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

9.3. Constituem motivos para rescisão do presente Contrato as situações referidas na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

9.4 Constituem, ainda, motivos para a rescisão do contrato, implicando na imediata revogação da concessão e retomada da área concedida, não gerando qualquer direito de indenização ao Contratante por benfeitorias e acessões levantadas, dentre outras:

9.4.1 O não cumprimento por parte do Contratado de qualquer de suas obrigações previstas na Cláusula Quarta, do presente instrumento;

9.4.2 O descumprimento das Cláusulas contratuais ou prazos;

9.4.3 O cumprimento irregular das Cláusulas contratuais e prazos;

9.4.4 A paralisação do funcionamento do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONCEDENTE;

9.4.5 O desatendimento das determinações de autoridades para acompanhar a fiscalização à sua execução, assim como a de seus superiores;

9.4.6 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.4.7 A instauração de insolvência civil;

9.4.8 O Falecimento da CONCESSIONÁRIA;

9.4.9 Protesto de títulos ou emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracteriza a insolvência da CONCESSIONÁRIA;

9.4.10. Demais razões de interesse do serviço público;

9.4.11 A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

9.5 É expressamente vedada a cessão, subconcessão, transferência, total ou parcial, dos direitos decorrentes do contrato a terceiros, bem como a sublocação total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução deste; sem prévia e expressa anuência da Contratante, sob pena de rescisão e cominação da penalidade aplicável à espécie, de pleno direito, independente de notificação judicial.

9.6 Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficará assegurados ao **Concedente** os direitos elencados na Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

9.7 O descumprimento dos itens supracitados, acarretará ao concessionário a rescisão contratual no prazo de 20 (vinte) dias, a partir da oficialização do ato de descumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

10.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter, durante a concessão, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias e exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

10.2. A Concedente poderá exigir, durante a concessão, a apresentação de qualquer dos documentos exigidos para a habilitação da CONCESSIONÁRIA na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LICITAÇÃO

11.1 Para a execução dos serviços, objeto deste Contrato, realizou-se licitação na modalidade de Concorrência Pública nº ____/2026, cujos autos encontram-se no Processo Licitatório nº ____/2026, em nome do Município de Comodoro-MT

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1 O presente Contrato vincula-se ao instrumento convocatório da licitação e à proposta da CONCESSIONÁRIA, que integra este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REVERSÃO

13.1 Findo o prazo contratual, ou de eventual prorrogação, extinguir-se-á a concessão, devendo a CONCESSIONÁRIA restituir o imóvel ao CONCEDENTE, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, livre e desembaraçado de pessoas e bens.

13.2 Operar-se-á a reversão automática do imóvel ao patrimônio público municipal, juntamente com todas as benfeitorias nele incorporadas, sem direito da CONCESSIONÁRIA a qualquer indenização, retenção ou compensação, ainda que realizadas com conhecimento ou anuência do CONCEDENTE.

13.3 O disposto nesta cláusula aplica-se igualmente nos casos de rescisão contratual ou descumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 Aplica-se a este Contrato e nos casos omissos, o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGISTRO DO CONTRATO

Rua das Acácias, n.º 1337 N, CEP 78.310.000, Jardim Mato Grosso, Comodoro – MT



PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

15.1 A CONCESSIONÁRIA obriga-se a promover o registro do presente contrato junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura.

15.2 Todas as despesas decorrentes do registro correrão integralmente por conta da CONCESSIONÁRIA, incluindo custas, emolumentos cartorários, tributos e quaisquer outros encargos necessários, nos termos do art. 126, §1º, da Lei Orgânica Municipal.

15.3 O comprovante do registro deverá ser apresentado ao CONCEDENTE no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

15.4 O descumprimento desta obrigação poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO FORO

16.1 As partes elegem o foro da Comarca de Comodoro-MT, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Comodoro–MT, XX de Maio de XX.

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

XXXXXXX
Titular/Administradora
XXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Vanderson da Silva Santos

RG nº: 25XXXXX-8 SSP/MT

CPF nº: 05X.XXX.XXX-56:

Assinatura:

Nome: Isabel de Almeida Ramires

RG nº: 14XXX70 SSP/RO

CPF nº: 027.XXX.XXX-77:

Assinatura:



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C67D-96BA-8E3C-E131

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DIEGO GARCIA GALVÃO COSTA (CPF 891.XXX.XXX-91) em 17/06/2026 11:32:53 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://comodoro.1doc.com.br/verificacao/C67D-96BA-8E3C-E131>